



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto viabilizar a participação de **20 servidores**, membros dos Comitês Técnicos de Obras – CTOs da 1ª Região, e **04 prestadores de serviço**, indicados no documento 23688771, abrangendo participantes tanto do Tribunal quanto das Seções Judiciárias vinculadas, no curso **“Orçamento de Obras Públicas com Apoio da Inteligência Artificial”**, a ser realizado na modalidade **on-line ao vivo**, nos dias **13, 14 e 15/10/2025**, das 8h30 às 17h30, no dia 13/10/2025, e, das 8h30 às 12h30, nos dias 14 e 15/10/2025, pela empresa **“Inove Treinamento e Capacitação Ltda”**, CNPJ: 60.310.783/0001-31, com carga horária de 16h/a, nas especificações e condições constantes neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Motivação: Destaca-se a relevância da ação educativa voltada aos integrantes do Comitê de Obras da 1ª Região, cuja finalidade precípua é otimizar a execução orçamentária relativa a obras e reformas. Ressalta-se, ainda, que a capacitação atende a uma demanda identificada durante reunião realizada no Tribunal, em agosto do corrente ano, da qual participaram os Diretores de Foro e os Diretores de Secretaria Administrativa.

2.1.1. Correlação com o planejamento existente: Este projeto está alinhado com Plano Anual de Capacitação 2025 - PAC 2025, doc. 22204248, bem como com o [Plano Estratégico da Justiça Federal \(2021-2026\)](#). Alinha-se, ainda, com o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - [PLS - TRF1 2021-2026](#), que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

2.2. Benefícios diretos: Capacitar e desenvolver profissionalmente os participantes do treinamento para melhor execução de suas atividades laborais, ampliando seu nível de competência técnica no assunto central da capacitação.

2.3. Benefícios indiretos: Melhoria nas entregas e serviços das unidades de lotação dos participantes, disseminação do conhecimento técnico na instituição e atingimento de metas estratégicas.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

2.4.1. Link do PCA: [TRF1 - Plano de Contratações Anual - PCA](#)

2.4.2. Unidade Requisitante: CEDAP/SECGP

2.4.3. Id da Futura Contratação: exemplo: TRF1_CEDAP_0001_2025

2.4.4. Classificação: 3.3.90.39.48 - CRH - Eventos Internos e Externos - Serviços de Terceiros - PJ.

3. DA BASE LEGAL E ENQUADRAMENTO DO OBJETO

3.1. MODALIDADE E TIPO DE CONTRATAÇÃO:

3.1.1. No tocante à contratação de serviços de treinamento, a inexigibilidade de licitação caracteriza-se em decorrência da inviabilidade de competição, conforme disposto no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

...

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

...

§3º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.

Decisão nº 439/98 - Plenário:

“O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93.”

Mais recentemente, o TCU editou a Súmula nº 252/2010, nos seguintes termos:

“A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei; natureza singular do serviço e notória

4. DA METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO

Considerando que a contratação enquadra-se como inexigibilidade de licitação, e com vistas ao atendimento do art. 7º da IN 65/2021 (doc.23708337) elaborou-se o quadro comparativo com os preços praticados pela futura contratada junto a outras instituições e a proposta apresentada ao TRF1. O método utilizado para obtenção do preço estimado foi o de menor valor.

Apresento tabela com os valores a serem custeados pelo TRF1, bem como os valores cobrados pela empresa no mercado.

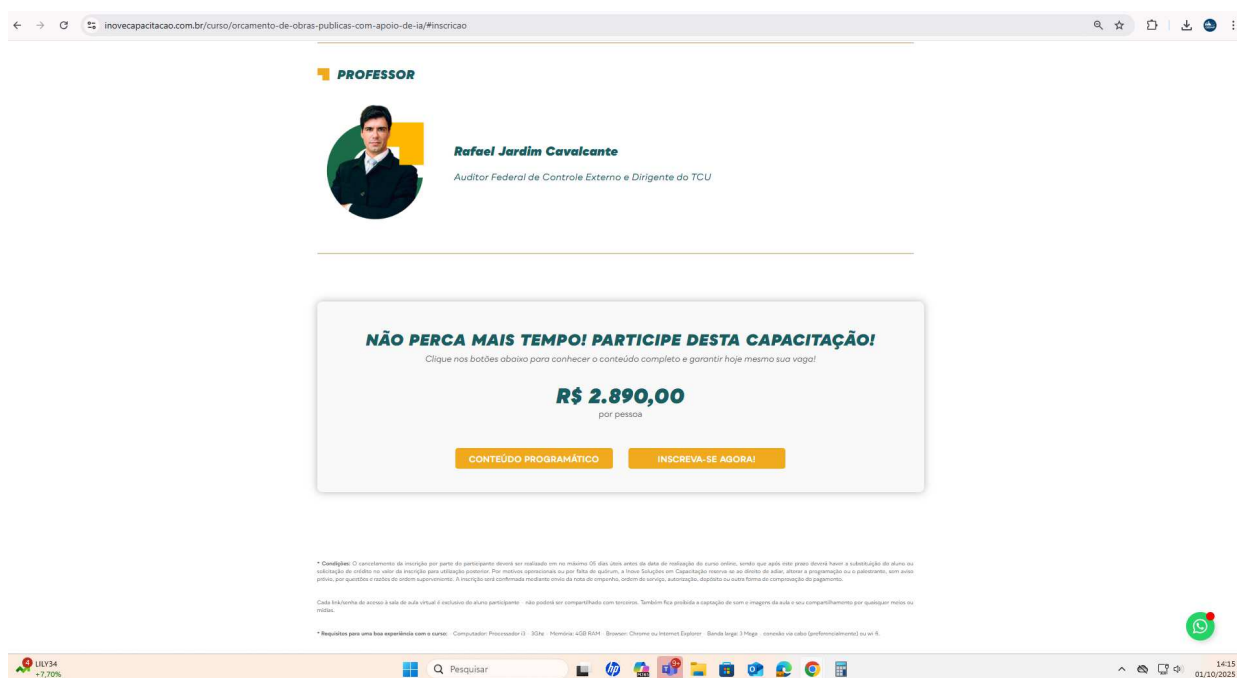
Documentações apresentadas pela empresa Inove Treinamento e Capacitação Ltda						
Órgão/ Empresa	Nota de empenho /contrato /proposta/ informações	Data de emissão/Data de validade da proposta	Carga horária	Número de participantes	Valor unitário da inscrição	Valor total das inscrições
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Proposta 23637848	10/10/2025	16h	19 inscrições e 5 cortesias	R\$ 2.105,26	R\$ 40.000,00
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	Autorização de Fornecimento n. 00064648/2025 23708391	26/09/2025	16h	03	R\$ 2.190,00	R\$ 6.570,00
Itaipu Binacional	Nota Fiscal 20/2025 23708402	08/09/2025	16h	03	R\$ 2.890,00	R\$ 8.670,00
Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN	Autorização de serviço 53/2025 23708408 e 23708780	16/09/2025	16h	01	R\$ 2.890,00	R\$ 2.890,00

A empresa apresentou três documentos para comprovação dos valores praticados no mercado, sendo eles: uma Autorização de Fornecimento, uma Nota Fiscal e uma Autorização de Serviço, os quais foram emitidos dentro do prazo

de até 1 (um) ano anterior à data da contratação do curso a ser ministrado neste TRF1.

Ressalte-se que a Autorização de Fornecimento n.º 00064648 (23708391) refere-se especificamente ao curso objeto da contratação pelo Tribunal. Os demais documentos dizem respeito a cursos similares, promovidos pela mesma instituição, com carga horária de 16 horas — equivalente à do curso a ser contratado — e de complexidade compatível com a capacitação pretendida. Por meio do e-mail, doc. 23708780, a empresa enviou informações adicionais sobre a carga horária da Autorização de serviço 53/2025.

No sítio de divulgação do curso em tela, em busca realizada em 01/10/2025, às 14h15, conforme disposto abaixo e no documento 23709374, **o valor da inscrição individual, na modalidade on-line ao vivo, é o de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).**



Sendo assim, levando em consideração a proposta comercial apresentada no documento 23637848 combinada com o disposto no quadro acima, percebe-se que **o valor da inscrição a ser pago por este Tribunal, na modalidade on-line ao vivo, com carga horária de 16 horas, está inferior ao preço praticado pela empresa no mercado.**

5.DOS ITENS E QUANTIDADES (Requisitos qualitativos e quantitativos)

Curso: Orçamento de Obras Públicas com Apoio da Inteligência Artificial

Público-alvo: 20 servidores, membros dos Comitês Técnicos de Obras – CTOs da 1ª Região, abrangendo tanto os servidores do Tribunal quanto das Seções Judiciárias vinculadas, e 04 prestadores de serviço.

Modalidade: on-line ao vivo.

Período: 13, 14 e 15/10/2025.

Horário: dia 13/10, das 8h30 às 17h30, e, dias 14 e 15/10, das 8h30 às 12h30.

Carga horária: 16 horas.

Número de vagas:19 inscrições e 5 cortesias, totalizando 24 participações.

Valor unitário da inscrição sem desconto: R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).

Valor unitário da inscrição com desconto: R\$ 2.105,26 (dois mil, cento e cinco reais e vinte e seis centavos).

Valor total das inscrições sem desconto: R\$ 54.910,00 (cinquenta e quatro mil, novecentos e dez reais).

Valor total das 19 inscrições com desconto: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

I t e m	Q u a n t i d a d e	P e r í o d o d e r e a l i z a ç ã o	H o r á r i o	C a r g a h o r á r i a	N o m e c o m p l e t o /m a t r í c u l a /l o t a ç ã o	V a l o r u n i t á r i o d a i n s c r i ç ã o s e m d e s c o n t o	V a l o r t o t a l d a s i n s c r i ç õ e s s e m d e s c o n t o	V a l o r u n i t á r i o d a i n s c r i ç ã o c o m d e s c o n t o	V a l o r t o t a l d a s 1 9 i n s c r i ç õ e s c o m d e s c o n t o
					Servidores: 1. Bruno dos Santos Rocha - TR301714 - TRF1 2. Diogo Pereira Neves - AM200392 - SJAM 3. Edimilson Laércio Silva de Almeida Neto - RR20157 - SJRR 4. Edwen Ferraz Santos - MA52523 - SJMA 5. Francisco Rômulo Meneses de Santana e Silva - PI100341 - SJPI 6. Hudson de Carvalho Basto - DF1400539 - SJDF 7. Janaína das Graças Araujo - GO80582 - SJGO 8. João Homero de Souza Cruz Camilo - RR20195 - SJRR 9. Joaquim Paulino				

1	19 insc riçõ es e 05 cort esia s	13/10 a 15/10/20 25	Dia 13/10/202 5 Das 8h30 às 17h30 Dias 14 e 15/10/202 5 Das 8h30 às 12h30	16h	da Silva - GO80569 - SJGO 10. Jônatas Negrão Neves - PA1001179 - SJPA 11. Ludmila Rian Alves Walter - TR302012 - TRF1 12. Manoel de Jesus Cunha Serrão - PA1001125 - TRF1 13. Marco Antonio Rodrigues Lima - AP20191 - SJAP 14. Naianna da Fonseca Carneiro - AP20188 - SJAP 15. Pedro Paulo Lima Vilarinho - TR301505 - TRF1 16. Ricardo Rodrigues Sá - BA2000750 - SJBA 17. Rogério César de Melo Viana - MA21503 - SJMA 18. Rogério Victor Alves Melo - AC30207 - SJAC 19. Vinicius Gama Costa - BA2000738 - SJBA 20. Vinícius Sousa Costa - TO 48149 - SJTO Prestadores de serviço 1. Eduardo da Silva Sales - tr19244ps - TRF1 2. Fernanda Alice Vivan Cardoso Mattana - TR21136PS - TRF1 3. Jéssica de Oliveira Chagas Barreto - RO345PS - SJRO 4. Jhonatas Batista Albuquerque - TR20906ps - TRF1	R\$ 2.89 0,00	R\$ 54.910,00	R\$ 20105,26	R\$ 40.000,00
---	--	---------------------------	--	-----	---	---------------------	------------------	-----------------	------------------

6. DA PROPOSTA

As proponentes deverão apresentar proposta onde deverá constar além da descrição completa do curso, o número do item, o quantitativo, horário, carga horária, **o preço unitário e total do item.**

7. DA CONTRATADA

Razão Social da Empresa: Inove Treinamento e Capacitação Ltda.

CNPJ Nº: 60.310.783/0001-31.

Endereço: Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 2627, Hauer, Curitiba - PR.

CEP: 81.530-001.

Telefone: (41) 3618.9954 e (41) 99551.4496

E-mails: comercial9@inovecapacitacao.com.br.

Informações Bancárias:

Banco do Brasil: 001.

Agência: 1443-5.

Conta Corrente: 53725-X ou 53725-0.

8. DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A "Inove Treinamento e Capacitação Ltda" é uma empresa especializada na oferta de cursos, capacitações *In Company*, seminários e eventos especializados, tanto na modalidade on-line quanto na presencial, atuando há nove anos no mercado de educação. Com sua trajetória marcada pela inovação, ética e compromisso com o serviço público, destaca-se no setor por oferecer soluções educacionais voltadas para a prática, com metodologias desenvolvidas em parceria com professores renomados e especialistas da Administração Pública, garantindo conteúdos atualizados e aplicáveis ao cotidiano dos servidores.

Outro destaque relevante está na metodologia adotada, visto que as soluções educacionais ofertadas pela instituição promovem uma verdadeira imersão completa na temática do treinamento, proporcionando aos participantes contato direto com os desafios reais enfrentados pelas instituições públicas e na entrega de soluções eficazes.

O instrutor selecionado para ministrar a capacitação em tela foi **Rafael Jardim Cavalcante**, Auditor Federal de Controle Externo e dirigente do TCU há mais de dez anos. Atuou como Secretário de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e como Secretário de Combate à Corrupção do Tribunal. Sobre a experiência acadêmica do instrutor, esclareço que ele é engenheiro civil formado pela Universidade de Brasília, com mais de dez anos de experiência na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada. Destaca-se ainda a sua vasta experiência como palestrante e conferencista em temas como engenharia de custos no setor público, Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), compliance, integridade, licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Por fim, o escolhido é coautor dos livros "*Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU*" (4ª edição), "*O RDC e a Contratação Integrada na Prática*", "*Lei Anticorrupção e Temas de Compliance*" e "*O Controle da Administração Pública na Era Digital*".

Para comprovar que está apta a ofertar o curso em tela, a empresa apresentou dois atestados de capacidade técnica, documentos 23555905 e 23555917, que apesar de não serem do curso objeto da contratação, refere-se a cursos da área de obras públicas, demonstrando assim capacidade para atuar na área.

9. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO

O conteúdo programático abrange os seguintes temas:

1. Introdução /Contextualização.
2. Definições Básicas do Processo Orçamentário.
3. Processo Orçamentário.
4. Orçamento das Despesas Indiretas.
5. Adaptações às composições de Referência.
6. Distâncias médias de transporte (DMTs).
7. Orçamento Preliminar em fase de ETP.
8. Orçamento paramétrico nas contratações integradas e o cálculo de contingência.

10. DA PLATAFORMA VIRTUAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

O evento será realizado na modalidade on-line, com aulas gravadas, as quais ficarão disponíveis por 30 dias.

11. DA METODOLOGIA

Será utilizada metodologia que proporciona acompanhamento contínuo e interação constante com os alunos, como se estivessem em uma sala de aula física. Além disso, o treinamento será totalmente prático com foco na aplicabilidade dos conceitos após a conclusão da capacitação.

12. DO MATERIAL DIDÁTICO E RECURSOS INSTRUCIONAIS

A contratada providenciará todos os materiais didáticos necessários para a realização da ação educacional, bem como o material didático da aula para *download*.

13. DA AVALIAÇÃO

Não haverá avaliação.

14. DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A coordenação pedagógica ficará a cargo da empresa contratada.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.1. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.1.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

15.1.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

15.1.4. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme art. 74, §4, da Lei nº 14.133/2021.

"§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade."

17. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

17.1. A descrição da solução como um todo trata-se de contratação de prestação de serviço de treinamento e desenvolvimento profissional no evento educacional **Orçamento de Obras Públicas com Apoio da Inteligência Artificial**, conforme o disposto no art. 74, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 6º, inciso XVIII, alínea "f" da Lei n. [14.133/2021](#), tendo o seguinte ciclo de vida:

17.1.1. Identificação de Necessidades e Planejamento da ação: Nesta fase, as necessidades de capacitação dos servidores são identificadas por meio das reuniões para Levantamento das Necessidades de Capacitação - LNC. Com base nessas informações, são priorizadas soluções educacionais capazes de contribuir para o desempenho da atividade laboral do servidor, para a melhoria dos resultados da unidade solicitante e para o atendimento das principais necessidades da instituição.

17.1.2. Orçamento e Aprovação: Uma vez identificadas e priorizadas às necessidades de capacitação, é necessário alocar recursos financeiros para o desenvolvimento e implementação dos cursos.

17.1.3. Desenvolvimento do Programa de Capacitação: Nesta etapa, os cursos de capacitação são projetados e desenvolvidos com base nas necessidades identificadas. Isso pode incluir a seleção de instrutores qualificados, o desenvolvimento de materiais didáticos, a definição de objetivos de aprendizagem e a criação de atividades de treinamento.

17.1.4. Aquisição de Serviços: Se a organização não possuir recursos internos para fornecer a capacitação necessária, pode ser necessário contratar serviços externos. Isso envolve a seleção de fornecedores qualificados, a elaboração de contratos e a negociação de termos e condições.

17.1.5. Divulgação e Inscrição: Uma vez que os cursos estejam formalmente autorizados, é importante divulgar as oportunidades de capacitação para os servidores interessados. Isso pode ser feito por meio de comunicações

internas ou por indicação da unidade demandante. Os servidores interessados então se inscrevem nos cursos disponíveis.

17.1.6. Implementação e Realização dos Cursos: Durante esta fase, os cursos de capacitação são realizados conforme o planejado.

17.1.7. Pagamento: Por se tratar de contratação pública, o efetivo pagamento pelo serviço prestado é realizado após a conclusão do curso. Assim, nessa fase, o processo é encaminhado para as unidades competentes para a liquidação da nota de empenho.

17.1.8. Avaliação de Reação e ou Avaliação de Impacto: Após a finalização do curso é disponibilizada a Avaliação de Reação, instrumento aplicado ao final de cada evento, com a finalidade de medir a satisfação dos participantes das ações educacionais, e objetivando aprimorar os serviços oferecidos pelo Cedap. Já a Avaliação de Impacto é aplicada a cursos selecionados para verificar o impacto dos treinamentos nas atividades laborais dos servidores

17.1.9. Atualização e Ciclo Contínuo: O ciclo de vida da contratação de cursos de capacitação é contínuo e iterativo. À medida que as necessidades de capacitação mudam e novas habilidades se tornam necessárias, o processo de planejamento, desenvolvimento e implementação de cursos é atualizado e ajustado para atender às demandas em evolução.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Apresentar previamente o currículo do(s) instrutor(es).

18.2. Controlar a frequência dos participantes.

18.3. Garantir a qualidade dos serviços e o atendimento às especificações contidas na proposta de contratação.

18.4. Ministras as aulas do curso.

18.5. Cumprir os horários estabelecidos de início, de intervalo e de término do evento, comunicando previamente ao Cedap sobre eventuais ajustes.

18.6. Cumprir a carga horária do curso e o cronograma constante do plano de ensino, comunicando previamente ao Cedap sobre eventuais ajustes.

18.7. Providenciar material de apoio para que os participantes possam acompanhar a explanação em sala de aula.

18.8. Suportar todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos de quaisquer espécies que venham a ser devidos em decorrência da execução dos serviços contratados.

18.9. Arcar com custos de passagens, diárias e deslocamentos dos instrutores, caso haja.

19. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1. Emitir a nota de empenho até a data de início do curso.

19.2. Encaminhar os dados dos participantes solicitados pela contratada para viabilizar a inscrição.

19.3. Orientar os participantes quanto a necessidade de realizar a inscrição no curso, caso seja necessário.

19.4. Atestar a realização do serviço.

19.5. Providenciar o pagamento referente à participação dos servidores após emissão de nota fiscal pela contratada.

20. DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTO

20.1. Prazos para liquidação e pagamento:

20.1.1. A liquidação ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente;

20.1.2. O pagamento das faturas será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da liquidação, inciso VI, Art. 92 da Lei 14.133/2022.

20.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21. PENALIDADES / SANÇÕES

21.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021).

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 21.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

21.3. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

21.3.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

21.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, em especial quando:

21.3.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.3.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.3.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.3.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.3.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.3.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.3.6. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846/2013](#).

21.4. A empresa que incorrer nas infrações previstas nos subitens 21.3.1, 21.3.2 e 21.3.3, ensejará na sanção prevista no subitem 21.1, alínea “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 21.1, alínea “b”.

21.5. À empresa que cometer as infrações previstas nos subitens 21.3.4, 21.3.5 e 21.3.6, será aplicada a pena prevista na alínea “d” do subitem 21.1.

21.6. O atraso injustificado na entrega/execução do objeto contratado ou qualquer outra infração, sujeitará a Contratada à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total do empenho ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

21.6.1. A partir do 11º dia, a multa diária será de 1% (um por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 21.6.

21.7. Nas hipóteses em que não haja prefixação do termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese que fará incidir a sanção prevista no subitem 21.6.

21.8. A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a resolução contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 21.1, alínea “c”.

21.9. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Edital ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

21.9.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

21.10. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Termo de Referência ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

21.10.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo

inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

21.10.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta neste subitem será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

21.11. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 21.6.

21.12. O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).

21.13. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22. DA PROTEÇÃO DE DADOS

22.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

22.2. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

22.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

22.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

22.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

22.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas

por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

22.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

22.7. Não haverá tratamento específico de dados pessoais para esta contratação.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

23.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Unidade Gestora (UG)/Responsável: **Cedap/SecGP**

II) Fonte de Recursos: **1000**

III) Programa de Trabalho (PTRES): **168381**

IV) Natureza de Despesa: 3.3.90.39.48 - CRH - Eventos Internos e Externos - Serviços de Terceiros - PJ.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Barbosa Siqueira, Supervisor(a) de Seção**, em 02/10/2025, às 18:58 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **23713960** e o código CRC **3A2FB69C**.